

AS ÁGUAS MINERAIS A PARTIR DO MUNDO-DA-VIDA: Constituição dos “Guardiões das Águas” no Sul de Minas Gerais

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ANA ELIZA FERREIRA ALVIM DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

THATIANA STACANELLI TEIXEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

JOSÉ ROBERTO PEREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ELOISA HELENA DE SOUZA CABRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à órgão de fomento:
Agradecemos à FAPEMIG.

AS ÁGUAS MINERAIS A PARTIR DO MUNDO-DA-VIDA: Constituição dos “Guardiões das Águas” no Sul de Minas Gerais

1 INTRODUÇÃO

A água constitui a vida de milhões de pessoas e está presente de diferentes formas, seja no âmbito dos diversos conflitos socioambientais, seja nas mais diversas formas de interação social. Em específico, as águas minerais carregam em si diversos motivos de conflitos e de interação social: são almeçadas pela exploração mineral por suas características físico-químicas e pelo consumo humano por sua potabilidade e seu potencial para tratamento da saúde. Historicamente, os conflitos em torno das águas envolvem questões como os direitos humanos (direto humano à água e mais recentemente o debate sobre o direito da natureza à água), a colonialidade da natureza, a atuação de multinacionais na lógica de mercado e a valoração econômica das águas em detrimento do cultural, social e ambiental. Além disso, entre nós, a “doutrina brasileira ainda possui resistência de aceitar um possível direito da natureza à água” (CORTE, 2015, p. 564) agravado pelo fato de as águas minerais serem tratadas como “minério” e não recursos hídricos de domínio público.

Contrários aos processos de exploração e mercantilização das águas surgiram diferentes movimentos de “justiça hídrica” (CORTE, 2015). Dentre estes um “[...] dos marcos da militância pela justiça hídrica [...] foi o caso *Guerra del Agua* ocorrido em Cochabamba na Bolívia entre 1998 a 2003” (CORTE, 2015, p. 565). No Brasil se destaca o caso do Tribunal de Águas realizado em Florianópolis, Santa Catarina em 1993 e os conflitos do Circuito das Águas de Minas Gerais, mundialmente conhecido pelo caso de São Lourenço que envolveu a multinacional *Nestlé Waters*. Com características específicas os casos do Circuito das Águas de Minas Gerais giram em torno das águas minerais.

Notadamente os movimentos de “justiça hídrica” são formados principalmente por organizações da sociedade civil. Em geral, estes grupos são porta-vozes de outros saberes e fatos-valores nas relações humano-natureza atualmente existentes. No caso da água mineral os movimentos demandam principalmente o reconhecimento dessas águas como bem cultural, bem comum, direito humano e de domínio público, conseqüentemente, advogam também uma mudança jurídica para que essas águas não sejam mais tratadas como apenas recursos minerais. Vale lembrar que um momento importante das lutas pelo “direito à água” no mundo foi o reconhecimento das águas como direito humano pela Assembleia-geral das Nações Unidas em 2010. Entretanto, no âmbito local dos municípios e diversas regiões do Brasil o “direito à água” ainda não se concretizou. A questão se torna menos pacífica ainda no caso das águas minerais em que segundo Legislação Brasileira é considerada minério e não bem de domínio público, impossibilitando que se adjudique sobre elas o necessário conceito de bem público, que as preserve sustentavelmente.

O Código das Águas Minerais (Decreto-lei nº 7.841 de 1945) data de um período em que a questão ambiental ainda não era pauta do debate internacional e nacional (CORTE, 2015), e, as modificações seguintes não incluíram a sustentabilidade e a gestão descentralizada como elemento determinante da exploração, uso e gestão dessas águas – atualmente as águas minerais estão sob a égide da Agência Nacional de Mineração (ANM), criada pela Medida Provisória nº 791 de 2017 que também extinguiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Dessa forma, a Agência Nacional das Águas (ANA) não regula a exploração ou comercialização das águas minerais. Por isso, existe a discussão para uma mudança institucional, a saber: que as águas minerais passem a ser consideradas recursos hídricos e sejam incluídas na Política Nacional de Recursos Hídricos (GUIMARÃES, 2009; ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018).

Por isso, analisando o contexto do Estado de Minas Gerais, observamos que as águas minerais não estão sob a tutela do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mas, da

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) que é detentora da concessão das fontes, ou melhor, do “negócio das águas minerais”, conforme a própria se refere às águas minerais. Por isso, a problemática das águas minerais é negligenciada pela Legislação vigente ao ponto que a visão apenas como recurso mineral não é mais coerente com o atual momento histórico. Vale notar que após fevereiro de 2018 as atividades da CODEMIG referentes às águas minerais (e outras como turismo, indústria criativa, distritos industriais, etc.) passaram a ser executadas pela CODEMGE.

No âmbito local do Circuito das Águas de Minas Gerais observamos disputas entre diferentes critérios de justificação. Dentre eles, figuram aqueles da CODEMIG, pautados pelo negócio das águas minerais e pela “legalidade” do arranjo institucional delas no Brasil, e os dos “Guardiões das Águas”, como um conjunto de atores e organizações locais se denominam coletivamente, fundamentados na preservação ambiental, nos direitos humanos, nas tradições culturais locais, na concepção da água como bem cultural, ambiental e comum, na proteção e preservação das fontes, enfim, no mundo vivido diariamente por estas pessoas.

A identidade coletiva de “Guardiões das Águas” foi articulada nos últimos anos, principalmente, em disputas contra processos licitatórios que visavam a exploração comercial das águas minerais, lançados pela CODEMIG. De outra forma, em processos de resistência a colonização do mundo-da-vida pelo sistema, no sentido conceitual atribuído por Habermas (2012). Nesse contexto, a questão que se coloca como fio condutor deste artigo é: como se formou o movimento dos “Guardiões das Águas” na luta pela proteção e preservação das águas minerais no contexto Circuito das Águas de Minas Gerais?

Considerando isso, neste artigo, objetivamos descrever a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas”, no sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos. O estudo se insere em uma ampla investigação a partir do campo de estudos da Gestão Social, especialmente, a partir de uma perspectiva habermasiana (PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014; CRUZ, 2017; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017). Assim, este estudo emerge a partir de mais de dois anos de interação constante entre pesquisadores e organizações da sociedade civil, em que foram realizadas visitas, diagnóstico participativo, conversas informais, coleta, sistematização e análise de documentos, enfim, um conjunto de práticas de vivências e de pesquisa com os atores sociais. O estudo traz contribuições ao campo da Gestão Social ao apresentar uma dinâmica participativa e diacrônica de pesquisa empírica focada em uma problemática pouco investigada pelo campo e que envolvem conflitos pela exploração e gestão das águas. Além disso, apresenta a possibilidade de usar o conceito de mundo-da-vida (HABERMAS, 2012) como fundamentação teórica, guia para pesquisas empíricas e interpretação dos dados a partir das categorias sociedade, cultura e personalidade.

Além da introdução (seção 1), o artigo apresenta uma discussão teórica sobre mundo-da-vida (seção 2), metodologia de pesquisa (seção 3), os resultados e discussão (seção 4 e 5) e, por fim, considerações finais (seção 6).

2 A PERSPECTIVA DO MUNDO-DA-VIDA

O principal objetivo da obra de Jürgen Habermas é desenvolver uma teoria da racionalidade que possa servir de base para a teoria crítica da sociedade. Nesse sentido, “o pensamento habermasiano pode ser considerado multiculturalista, pluralista e multifilosófico, porque promove um processo reflexivo aberto, dialógico e dialético crítico” (POLI, 2013, p. 13). Além disso, esse autor considera que a teoria habermasiana tem como *locus* privilegiado o mundo-da-vida. Existe outra perspectiva que compõe a visão dual habermasiana, a do sistema, no entanto, este artigo utiliza do conceito de mundo-da-vida como conceito teórico e guia para pesquisas empíricas e interpretação por meio das categorias sociedade, cultura e personalidade.

Cada participante da ação comunicativa possui um “horizonte móvel”, pois se insere em um mundo-da-vida dinâmico. Habermas (2012) argumenta que sempre que o conceito de

mundo-da-vida foi escolhido como conceito básico para explicar uma teoria da sociedade ele foi enviesado por se concentrar, exclusivamente, em um dos três componentes estruturais: cultura, sociedade ou personalidade. Em contrapartida, Habermas (2012) entende o mundo-da-vida formado pela cultura, pela sociedade e pela personalidade de forma articulada e dinâmica: cultura (reserva ou acervo de saberes no qual os participantes buscam suas interpretações), sociedade (ordens institucionais legítimas) e personalidade (competências que possibilitam ao sujeito falar e agir). Para falar de mundo-da-vida na perspectiva habermasiana é preciso do conceito de ação comunicativa.

Na sociedade contemporânea a ação comunicativa se encontra presente na formação da identidade, nas instituições e no processo de socialização. Isto significa que a reprodução simbólica da sociedade só pode ser realizada por ações comunicativas. Por isso, a ação comunicativa e mundo-da-vida são apresentados pelo autor como conceitos complementares (HABERMAS, 2004). Portanto, o mundo-da-vida, enquanto estoque de saber e de experiências, pode ser utilizado “como recurso interpretativo, como repositório linguisticamente organizado de suposições de fundo que se reproduz sob a forma de tradição cultural” (HABERMAS, 2010, p. 156). Como pode ser observado na Figura 1 e 2, além da cultura, Habermas (2012) considera sociedade e personalidade como recursos, não apenas como restrições, tanto para a manutenção dos próprios componentes quanto para a reprodução do agir orientado para o entendimento.

Componentes estruturais Processos de Reprodução	Cultura	Sociedade	Personalidade
Reprodução cultural	Esquemas de interpretação passíveis de consenso (“saber válido”)	Legitimações	Padrões de comportamento eficazes na formação, metas da educação
Integração social	Obrigações	Relações interpessoais reguladas legitimamente	Pertenças sociais
Socialização	Interpretações	Motivações para ações conformes a normas	Capacidades de interação (“identidade pessoal”)

Figura 1: Contribuições dos processos de reprodução para a manutenção dos componentes do mundo da vida.
Fonte: Habermas (2012, p. 259).

O mundo-da-vida cumpre papeis no processo de reprodução cultural, integração social e socialização. Por isso, se constitui o pano de fundo da ação comunicativa. Reforçando essa ideia, diz que “as estruturas simbólicas do mundo-da-vida se reproduzem, então, através da continuidade do conhecimento válido, da estabilização da solidariedade grupal e da formação de atores capazes de responder por seus atos” (HABERMAS, 2015, p. 16). Isso pode ser visto por meio da Figura 2.

Componentes estruturais Processos de reprodução	Cultura	Sociedade	Personalidade
Reprodução cultural	Tradição, crítica, aquisição de saber cultural	Renovação do saber eficaz em termos de legitimação	Reprodução do saber de formação
Integração social	Imunização de um núcleo de orientações valorativas	Coordenação de ações por meio de pretensões de validade reconhecidas intersubjetivamente	Reprodução de padrões de pertença social
Socialização	Aculturação	Internalização de valores	Formação da identidade

Figura 2: Funções de reprodução do agir orientado pelo entendimento.
Fonte: Habermas (2012, p. 261).

Dessa forma, a intersubjetividade que marcam as relações sociais na ação comunicativa, segundo Habermas (2004), ocorrem imersas em, e recorrendo a, três tipos de saberes existentes no mundo-da-vida: o saber de pano de fundo (próprio do mundo-da-vida), o saber contextual

(referente a temas problematizados, de primeiro plano) e o saber relativo a um horizonte da situação. Para Habermas (2012), todo o processo de entendimento ocorre mediante o pano de fundo de um pré-entendimento, uma pré-compreensão exercitada culturalmente. O mundo-da-vida é um contexto formador de horizontes dos processos de entendimento, desempenhando papel constitutivo na compreensão. Como recurso do movimento de interpretação, o mundo-da-vida “pode ser representado como um acervo linguisticamente organizado de planos de fundo, que se reproduzem na forma de tradição cultural” (HABERMAS, 2015, p. 15). São então, delimitados temas e a situações de ação.

Enquanto o ator mantém sobre as suas costas o mundo da vida, como um recurso da ação orientada ao entendimento, as restrições que as circunstâncias impõem à execução do seu plano se colocam como ingredientes da situação. Ingredientes estes que, no sistema de referência dos três conceitos formais de mundo [objetivo, social e subjetivo], podem ser classificados como fatos, normas e experiências. (HABERMAS, 2015, p. 13).

As situações – seções do mundo-da-vida relevantes para o caso – é que delimitam os saberes que serão problematizados, deixando o restante do estoque de saber não tematizado, apenas como apoio à reflexividade. Há, portanto, um conhecimento de fundo implícito que não se pode por em dúvida à vontade. Já o conhecimento explícito é aquele que pode ser colocado em questão e pode ser fundamentado. O fragmento do mundo-da-vida relevante para determinado caso é susceptível de “tematizar-se à vontade”, à medida que os agentes comunicativos promovem emissões que os transformam em temas (HABERMAS, 2012).

De acordo com o Habermas (2004, p. 104), o pano de fundo do mundo-da-vida é capaz de absorver eventuais riscos de dissensão e estabelecer um “muro contra surpresas”, pois, os atores movem-se num “horizonte de convicções comuns não problemáticas”. Por isso, a maior parte do que é dito no cotidiano está inserida em certezas “previamente consentidas”, porque fazem parte do mundo-da-vida. É um acervo que escapa à pressão da crítica e das experiências novas que rompem com o consenso.

No entanto, esse saber não temático do pano de fundo pode se dar à problematização sob condições especiais. Basta haver um deslocamento do horizonte da situação ou tema. Assim, a atenção se dirige para a violação dos pressupostos até então partilhados. O saber do pano de fundo pode ser retirado do “*modus* inacessível” por meio de um esforço metódico e contínuo, convertendo-se, assim, em tema. É nesse cenário que a pressão dos momentos de crise altera as condições de tematização: “é a força problematizante das experiências críticas que distingue o pano de fundo do mundo da vida do respectivo primeiro plano” (HABERMAS, 2004, p. 105). Isso se torna relevante para entender como se constitui movimentos sociais e grupos diante de questões críticas, eventos inesperados e que fogem a pré-interpretação dos atores.

Destacamos que mesmo com os avanços da perspectiva habermasiana da Gestão Social (TENÓRIO, 1998; PERES JÚNIOR; PEREIRA, 2014; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; CRUZ, 2017; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017) não foi identificado pesquisa que mobilizou o conceito de mundo-da-vida em pesquisas empíricas. Assim, este artigo busca contribuir nessa direção.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Habermas (2012) argumenta que é somente a partir da visão do mundo-da-vida ou dos participantes que é possível compreender o sentido das ações. Isso se faz coerente com a perspectiva do campo da Gestão Social que busca embasamento na Teoria da Ação Comunicativa (TENÓRIO, 1998; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). Por isso a pesquisa que subsidiou este trabalho foi realizada em participação com os atores sociais que constituem o movimento “Guardiões das Águas”. O trabalho de campo foi realizado

principalmente por quatro pesquisadores no município de Cambuquira, Minas Gerais, que fazem parte do Circuito, uma região turística que possui uma tradição com suas águas minerais.

Cambuquira com população estimada em 2017 de 13.053 habitantes é historicamente marcada por disputas e conflitos entre atores do Estado, do mercado, da sociedade civil em torno de diferentes práticas de gestão, uso e exploração das águas minerais (CRUZ, 2017). Nas diversas fontes do município, as águas minerais aparecem de forma plural em várias práticas como crenoterapia, turismo, uso local como alimento, engarrafamento, contestação de editais, dentre outras (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018). Sendo notório a percepção de moradores locais e ativistas de que as águas minerais de Cambuquira são “virtuosas” e “milagrosas”. As relações com Cambuquira acontecem desde fevereiro de 2016, sendo que os principais momentos de interação são descritos no Figura 3.

Data	Atividade
23 fevereiro de 2016	Uma ex-presidente da ONG Nova Cambuquira de Cambuquira, Minas Gerais, ministrou a palestra “Gestão social da água no município de Cambuquira” na universidade em que os pesquisadores possuem vínculo. Esse evento marcou o início das atividades de pesquisa.
20 de abril de 2016	Primeira viagem ao município de Cambuquira, Minas Gerais. Foram visitadas as seguintes localidades: Prefeitura Municipal de Cambuquira, Parque das Águas, Hotel Cambuquira, Casa de membros da ONG Nova Cambuquira, Fonte do Marimbeiro, Biblioteca Municipal de Cambuquira e caminhada pelo município.
13 de junho de 2016	Coleta de dados para análise documental. Foram visitadas as seguintes localidades: Biblioteca Municipal de Cambuquira e casa de membros da ONG Nova Cambuquira.
25 à 29 de julho de 2016	Coleta de dados para análise documental realizada por diversos pesquisadores. Foram visitadas as seguintes localidades: Biblioteca Municipal de Cambuquira, Câmara Municipal de Cambuquira, Observatório Centauro, hotéis e ruas da cidade
16 à 20 de janeiro de 2017	Realização do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Foram visitadas as seguintes localidades: Escola Municipal de Educação Infantil Georgina Bacha, Hotéis e ruas da cidade. O DRPE permitiu uma semana de interação com membros da ONG Nova Cambuquira e alguns atores do Poder Público local e da comunidade.
01 a 11 de fevereiro de 2017	Participação no seminário “Agenda 2030 Cambuquira – Transformação local para o desenvolvimento sustentável” com a presença de pesquisadores, membros da ONG Nova Cambuquira e AMPARA, moradores locais, entre outros. Foram visitadas as seguintes localidades: Grande Hotel Brasília, Parque das Águas e caminhadas pela cidade e pela zona rural. Coincidiu que no dia 07 de fevereiro a CODEMIG lançou a Consulta Pública que foi relevante para a rearticulação dos “Guardiões das Águas”.
03 de junho de 2017	É realizado o Fórum de discussão “Gestão Sustentável do Parque das Águas - Desafios e alternativas jurídico-institucionais” em Caxambu. O Fórum foi uma realização da Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA) e contou com a participação de pesquisadores, ativistas, Ministério Público, comunidade, entre outros atores.
19 de agosto de 2017	2ª Reunião da Força Tarefa - Mudanças relacionadas à água mineral. Ocorreu no Observatório Centauro em Cambuquira, Minas Gerais. O encontro contou com a participação de ativistas, pesquisadores, moradores locais e gestores públicos que buscam uma nova visão jurídica para as águas minerais. O encontro foi mobilizado principalmente pela ONG Nova Cambuquira. O projeto de doutorado de um dos autores deste artigo foi apresentado no evento.
02 de novembro de 2017	Reunião com dois participantes da ONG Nova Cambuquira (atual presidente e tesoureira). Discussão de questões relacionadas às águas minerais e sobre a realização de um evento para discutir o tema.
07 de dezembro de 2017	É realizado I Colóquio Esferas em Diálogos, com o tema “Práticas de Gestão das Águas Minerais”. O evento discutiu diferentes práticas de gestão das águas minerais a partir de experiências e pesquisas em municípios do Circuito das Águas de Minas Gerais. Participaram do evento professores, pesquisadores e discentes, representantes de ONGs, do Ministério Público e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). O evento foi uma forma de apresentar, publicizar e debater com diferentes organizações as pesquisas e movimentos que estão sendo realizados na região.
14 de abril de 2018	É realizado o I Fórum Alternativo das Águas Minerais (I FAMA Minerais). O evento foi uma iniciativa da ONG Nova Cambuquira em parceria com o nosso grupo de pesquisa. O objetivo do evento foi enriquecer reflexões que contribuam para o reconhecimento das águas minerais como direito humano. Houve a participação de pesquisadores, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, comunidade e outros atores e instituições.

Figura 3: Sistematização dos eventos importantes de pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De forma geral, utilizamos para a coleta de dados as seguintes técnicas: (a) Observação Participante, (b) Pesquisa Documental e (c) Entrevistas. Na observação participante (a) foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente, no que tange

aos aspectos materiais (fontes, consumo e coleta da água mineral, estrutura física, situações dos hotéis e vegetação em volta das fontes, estrutura de captação e coleta das águas minerais, e organização e limpeza das fontes). Os pesquisadores também visitaram locais de caminhada em volta da cidade junto com membros da ONG Nova Cambuquira e Prefeitura Municipal, participaram de reuniões com o prefeito da gestão anterior e da gestão atual. Além disso, foi e ainda está sendo acompanhado ações, relações sociais, representações e atitudes dos diferentes atores envolvidos na gestão das águas minerais, especialmente, atores da sociedade civil, do Poder Público local e da comunidade. Cabe notar que os pesquisadores ao longo de mais de 2 anos se engajaram e se tornaram atores do movimento “Guardiões das Águas”.

Na pesquisa documental (b) foram analisados históricos e relatórios de gestão, publicações institucionais, legislações, editais da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) visando exploração comercial das águas minerais (além de reportagens em jornais, revistas e páginas da internet, páginas oficiais e redes sociais sobre os editais e os movimentos de contrários) e materiais audiovisuais disponibilizados pela ONG Nova Cambuquira. Além de textos e imagens publicados no grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” que foi criado para difundir informações e estabelecer interações entre muitas pessoas geograficamente distantes e “Diário Águas da Fonte” no *Facebook*. Destacamos que o grupo do *WhatsApp* “Programa Ondas” é o principal meio de comunicação e mobilização dos “Guardiões das Águas”.

Por fim, realizamos (c) entrevistas com dois “Guardiões das Águas” tendo em vista compreender algumas questões que tinham ficado em aberto nas análises – uma entrevistada da ONG Nova Cambuquira e outra da Associação Caxambu Mais. Nas entrevistas perguntamos “quem são os Guardiões das Águas”, “De onde veio esse nome? Por quais razões se usa ele?”, “Quando esse movimento se origina?”, “Como os guardiões das águas vem o tratamento da CODEMIG acerca o que denomina de negócios das águas?” e “Qual o principal objetivo dos guardiões das águas?”.

A interpretação dos dados se deu por meio do conceito de mundo-da-vida e, especificamente, utilizando das categorias sociedade, cultura e personalidade para explicitar a constituição de um movimento/coletivo. Para apresentar os resultados fizemos uma descrição dos momentos centrais de constituição dos “Guardiões das Águas”, apresentamos os significados difusos das águas minerais, os temas e questões problemáticas enfrentadas por eles e os entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade nos “Guardiões das Águas”.

4 O CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO DOS “GUARDIÕES DAS ÁGUAS”

As águas são motivos de diversos conflitos socioambientais em todo o mundo, as águas minerais, com suas especificidades, também participam destes conflitos, como àqueles presentes no Circuito das Águas de Minas Gerais. Existe uma diversidade de conflitos e disputas em torno das águas minerais que decorrem dos diferentes modos de representar, gerir e co-viver com bens naturais. No Brasil e no caso das águas minerais os conflitos são agravados pelo fato dessas águas serem juridicamente consideradas bens minerais. Nisso, a questão das águas minerais no Brasil envolve diferentes atores como os estatais, empresariais, organizações da sociedade civil e atuação do Ministério Público – cuja relações são de conflitos entre diferentes e dinâmicos coletivos. Descrevemos neste artigo a constituição de um destes agrupamentos/coletivos: os “Guardiões das Águas”. Para sintetizar o contexto apresentamos na Figura 4 alguns acontecimentos e controvérsias que se tornaram presentes nos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari – lembrando que existem relações de proximidades históricas entre estes três municípios: as “três irmãs” (GUIMARÃES, 2009; CRUZ, 2017), fato relevante, pois, são nestes três municípios que se mobiliza fortemente a identidade coletiva dos “Guardiões das Águas”.

Data	Descrição
1981	Efetivou-se a exploração das águas minerais de Caxambu, Araxá, Lambari e Cambuquira.
1994	A Companhia Mineradora de Minas Gerais (COMIG) passou a responder pelos títulos minerários da Hidrominas.
Out. 2001	Término do contrato com a Superágua S/A. A COMIG abriu novo processo licitatório.
	A população do Circuito das Águas reclama maiores informações sobre futuro edital.
8 de nov. 2001	A COMIG publicou o edital de licitação.
Nov. de 2001	População, instituições privadas, câmaras municipais e ONGs representam aos membros do Ministério Público de Caxambu, Lambari e Cambuquira, pedindo providências.
	Cresceu a mobilização da sociedade civil em torno de movimento populares e ONGs, arregimentando técnicos na discussão da questão e dos termos do edital.
11 de dez. 2001	Reunião entre os representantes do Ministério Público de Cambuquira e Lambari e COMIG, junto ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente (CAO-MA), entre outros setores e órgãos.
	Representante do Ministério Público de Caxambu ajuizou ação civil pública ambiental e pediu liminar de suspensão do edital à Justiça da Comarca de Caxambu.
18 de dez. 2001	Enviada petição ao então Governador Itamar Franco pedindo o cancelamento da licitação. A petição foi assinada por deputados e subscrita por movimentos sociais, sociedade civil e empresários, dentre outros.
Dez. 2001	ONGs recorreram ao Ministério Público Federal.
28 de dez. 2001	O Governador anulou a licitação.
2002	A Superágua continuou a exploração das águas minerais. Foram realizadas audiências públicas em cada cidade e a COMIG passou a participar e a fornecer amplas informações.
30 de abr. de 2003	Realizada audiência pública em São Lourenço com intensa participação das entidades civil, ONGs, Poder Público e população em geral para defesa das águas minerais. Formou-se a Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas.
Jul. 2005	A Superágua deixou de efetuar a exploração de águas minerais nos municípios de Caxambu, Lambari, Cambuquira e Araxá.
Dez. 2005	A CODEMIG (antiga COMIG) abriu novo edital para arrendamento dos direitos minerário, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá. A minuta do contrato impôs novas obrigações à contratada.
Fev. 2006	Após movimentos da sociedade civil novas obrigações foram adicionadas ao edital e aberto os envelopes no dia 16 de fevereiro, não houve habilitantes.
Jan. 2007	Publicada no Diário Oficial Lei autorizativa de criação da Copasa – Águas Minerais de Minas, subsidiária da Copasa para exploração das águas minerais do Circuito das Águas.
Mar. 2014	Cambuquira recebe o título de “Comunidade Azul”.
2015	A Copasa que vinha explorando as águas minerais desiste da concessão alegando prejuízos.
Fev. 2017	A CODEMIG lança Consulta Pública n. 01/17”.
Mar. 2017	ONGs fazem diversos protestos e mobilizações contra a Consulta Pública e o Ministério Público pede que a CODEMIG não dê continuidade ao processo. Nos meses seguintes a CODEMIG não lança o edital como tinha previsto.
Nov. 2017	A CODEMIG lançou a licitação para seleção de parceiro privado (em Caxambu e Cambuquira). Os “Guardiões das Águas” se mobilizam contra o edital.
Dez. 2017	Mesmo com ações da sociedade civil, decisões judiciais contra e favoráveis ao processo licitatório, a CODEMIG seleciona uma empresa.
Jan. 2018	ONGs (ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas – AMPARA) entram com Ação Civil Pública contra à CODEMIG.
Fev. 2018	Os atores aguardam a decisão da Justiça.

Figura 4: Contexto dos conflitos envolvendo a exploração das águas minerais no Sul de Minas.

Fonte: Adaptado e ampliado de Guimarães (2009, pp.157-163).

Como se observa o conteúdo descrito na Figura 4 foram marcantes os conflitos no início da década de 2000, especialmente, em 2001, 2005-2006 e agora em 2017-2018. Foram nessas disputas que foi criada em 2001 a ONG Nova Cambuquira. Essa organização se empenhou para que Cambuquira se tornasse “Comunidade Azul” (*Blue Community*), pois, isso proporcionaria uma proteção das águas minerais do município frente a legislação vigente que é não sustentável em relação as essas águas e é favorável a exploração em alta escala. Assim, em 2014, pelo ativismo em torno das águas, o município recebeu do grupo canadense *The Council of Canadians* o selo de “Comunidade Azul”. Nesse processo por meio do Decreto Municipal nº 2121, de 11 de março de 2014, ficou proibido a venda e circulação de água industrializada em eventos públicos municipais. A ideia da “Comunidade Azul” é proteger as águas reconhecendo elas como um direito humano. No evento de entrega do selo, houve a presença

de Maude Barlow (escritora, pesquisadora, ativista e presidente do *The Council of Canadians*) e a presença do prefeito de Cambuquira na época, membros da ONG Nova Cambuquira e promotor de Justiça do Ministério Público do Meio Ambiente, entre outros. O selo permitiu que os atores que se engajavam na causa das águas minerais se tornassem mais integrados em Cambuquira, pois, o mesmo tornou-se um símbolo importante nas disputas contra os editais e demais processos licitatórios.

A denominação de “Guardiões das Águas” já era utilizada por atores de Caxambu, ligados principalmente a Associação dos Amigos do Parque das Águas (AMPARA) e já existia articulações entre os atores, todavia, a partir do enfrentamento de um anova problemática, em 2017, o movimento ganhou mais integrantes e visibilidade. Durante todo o ano de 2017 em suas ações o movimento articulou essa identidade seja em práticas de contestação às decisões da CODEMIG como também em práticas diárias de sustentabilidade ambiental, preservação e proteção das águas minerais, além da conscientização sobre a importância das mesmas.

Com o movimento contra a Consulta Pública em fevereiro de 2017 e judicialização do processo, a CODEMIG não lançou o edital como previsto. Todavia, o edital (pregão presencial 07/2017) foi lançado no final de novembro de 2017. O edital visava “seleção de parceiro privado para constituição de Sociedade em Conta de Participação destinada à exploração do negócio de águas minerais nas unidades de Caxambu-MG e Cambuquira-MG” (MINAS GERAIS, 2017). Ele foi interpretado pelos “Guardiões” como privatização das águas e colonização das tradições e dos valores locais, e, assim, houve contraposição ao edital por novas mobilizações. Após ações de organizações da sociedade civil, decisões judiciais contra e favoráveis ao processo licitatório, a CODEMIG selecionou uma empresa para a parceria. Os “Guardiões das Águas” representados pelas ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e Sociedade Amigos do Parque das Águas (AMPARA) entraram com ação civil pública, que pediu, entre outros itens, a suspensão do processo licitatório. Atualmente, os atores esperam a decisão da justiça.

Esse histórico se torna importante do ponto de vista do mundo-da-vida, pois, para entender a constituição do movimento é preciso integrar os elementos da cultura, do tempo histórico e das identidades em que, conforme Habermas (2015, p. 17): “o processo de reprodução conecta as novas situações com as condições existentes do mundo da vida, e isso tanto na dimensão semântica dos significados ou dos conteúdos (da tradição cultural), quanto nas dimensões do espaço social (dos grupos socialmente integrados) e do *tempo histórico* (das gerações que se sucedem umas às outras)”.

Na formação dos “Guardiões das Águas” as organizações da sociedade civil mais importantes são Ong Nova Cambuquira, AMPARA e Caxambu Mais, além disso participa ativistas de outras cidades e até países. Todavia, os “Guardiões das Águas” não são formados somente por organizações da sociedade civil, mas, também por pesquisadores universitários, moradores das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari (especialmente em Cambuquira que tem maior adesão da população local), membros do Ministério Público e do Poder Público local (especialmente, prefeito e vereadores de Caxambu, já que em Cambuquira a participação do poder público é muito pequena no movimento).

Nesse contexto de conflitos em torno da possibilidade de exploração comercial das águas minerais é que os “Guardiões das Águas” se tornou um grupo que carrega essa identidade coletiva e mobiliza a mesma em diversas ações, desde a conscientização nas escolas, na construção de processos jurídicos, em protestos em ruas, na mobilização em redes sociais e outras ações de proteção e preservação das águas, bem como de contestação dos instrumentos para exploração das águas minerais como um negócio.

5 AS ÁGUAS NO MUNDO-DA-VIDA DOS GUARDIÕES

5.1 De volta ao mundo-da-vida ou seguindo os “Guardiões das Águas”

Acompanhamos diversos atores da sociedade civil, ONG Nova Cambuquira, Caxambu Mais e AMPARA, que participavam do seminário “Agenda 2030 Cambuquira – Transformação local para o desenvolvimento sustentável”, ocorrido em fevereiro de 2017. No decorrer do evento, no dia 7 de fevereiro de 2017, a CODEMIG lançou a “consulta pública sobre a licitação para o projeto de exploração de águas minerais” em que disponibilizava a minuta do futuro edital para “projeto de exploração de águas minerais”. A partir desse fato ocorreram várias discussões entre os membros das ONGs sobre a consulta e a minuta do edital, seus impactos, publicização da questão em redes sociais e mídias alternativas que tratam da questão ambiental, mobilização para um abaixo-assinado e coleta de assinaturas, contato com rede de TV regional para cobrir a discussão e ainda conversas com ativistas de diferentes movimentos, vereadores e outros atores como prefeito, moradores locais e Ministério Público.

Delimitamos o entorno deste contexto ou situação de ação (HABERMAS, 2015) para apresentar o momento que verificamos ser um dos centrais para a constituição dos “Guardiões das Águas”. Dessa forma, entendemos que foi na resistência a esse processo da CODEMIG que a identidade “Guardiões das Águas” foi novamente re-articulada e ganhou novos significados, atores e forças. No sítio do Avazz.ORG Petições da Comunidade no mesmo dia (07 de fevereiro) foi criada a petição denominada de “CODEMIG: vamos salvar as águas milagrosas de Cambuquira e Caxambu” (hoje está com 3.156 assinaturas) criada pela ONG Nova Cambuquira. A petição afirmava que a CODEMIG lançou “um processo de consulta pública para ‘vender’ as nossas águas para empresas predadoras! Querem acabar com o nosso maior patrimônio, nosso bem mais precioso, que a natureza nos concedeu, oferecendo ao predador de mãos beijadas!”. No texto identifica a água mineral com “tesouro”, “vida”, “saúde”, “direito humano” e “bem público”. Estes são os significados mais comuns compartilhados pelos “Guardiões das Águas”, complementado pela expressão “água não é mercadoria” presente em outros contextos como no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA).

Para discutir o processo licitatório da CODEMIG, em 15 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal de Caxambu realizou uma Audiência Pública com a comunidade, organizações da sociedade civil, poder público e outros atores – a maior parte se manifestou contrária ao processo. A AMPARA, ONG RenovaMata e ONG Nova Cambuquira promoveram no dia 4 de março uma manifestação contra a Consulta Pública e o edital que seria publicado. Em faixas haviam as expressões: “#Parem O Edital”, “Água é vida, não é mercadoria” e “Parem o edital, é um crime ambiental!”. Também nesse evento foi mobilizado a ideia de “#Somos Guardiões das Águas”. Na Figura 5 verificamos uma das mobilizações nas ruas de Caxambu onde aparece um cartaz com a expressão “#somos guardiões das águas”. Essa imagem (Figura 5) é significativa de todo o coletivo. Nela discursos, relações sociais, ações, pessoas evidenciam um movimento contrário ao processo licitatório. Muitas pessoas usam roupas na cor azul, a presidente da AMPARA utiliza um vestido azul que lembra água, uma participante usa a camiseta da ONG Nova Cambuquira, os cartazes dizem “Parem o Edital” (à esquerda) e “#SomosGuardiõesdasÁguas” e gritavam frases como “parem o edital”. Nesse evento e durante todo o ano de 2017 a identidade coletiva dos “Guardiões” fica marcada também pela relação com as expressões “água um elemento que nos une como povo” e “as águas somos nós”.



Figura 5: Manifestações dos “Guardiões das Águas” em Caxambu, Brasil.
Fonte: André (2017).

Apesar da ideia ser usada anteriormente, esta manifestação com os símbolos dos “Guardiões das Águas” marcou a rearticulação do movimento. Essa rearticulação com novos participantes, mais jovens, inclusive, foi importante, dado que “[...] o conteúdo das tradições culturalmente transmitidas de geração em geração é sempre um conhecimento adquirido por pessoas. Sem a apropriação hermenêutica e o posterior desenvolvimento do conhecimento cultural através das pessoas, nenhuma tradição pode progredir ou ser mantida” (HABERMAS, 2002, p. 144). O estoque de conhecimentos das ONGs e a experiência adquirida no passado são re-significados para atuação no presente, como no caso das atividades realizadas por participantes junto às escolas municipais em que os alunos utilizaram de fitas com escritas como “somos os guardiões das águas”, dentre outras. Como exemplo, mais recente a identidade de “Guardiões das Águas” foi mobilizada no abraço ao Abraço ao Parque das Águas de Caxambu realizado em 23 de março de 2018 com a participação das escolas municipais, ativistas e poder público local.

Essa descrição revela também a partir do mundo-da-vida dos concernidos o poder transformador da comunicação (HABERMAS, 2012) que constitui o movimento dos “Guardiões das águas”, enquanto identidade coletiva. Diante da Consulta Pública o movimento se tornou mais forte e se unificou em torno da contestação do processo licitatório, mesmo que suas ações sejam também construídas cotidianamente em práticas de proteção, conservação e conscientização para a questão das águas minerais: por meio de redes sociais, grupos *on-line*, compartilhando informações, conversando e mobilizando a comunidade local, participando de audiências públicas, enfim, atividades cotidianas de engajamento mostrando que as ações não se restringem apenas de impedir o edital via ação civil pública. Os autores inclusive apresentam modelos de gestão para as águas minerais que dialógica com as discussões do campo da Gestão Social:

[...] o movimento *Os Guardiões das Águas* propõe que seja adotado um modelo de Gestão Social, não apenas no caso de Caxambu e de Cambuquira, como para Águas e Parques de todo o circuito do Sul de Minas. [...] para implementar esta Gestão Social deve-se formar um Conselho Gestor intermunicipal para as Águas e Parques. [...] na composição deste Conselho Gestor devem estar: CODEMIG, Prefeituras, Câmaras

Municipais e entidades da sociedade civil organizada, garantindo assim a participação de um amplo e representativo leque de setores sociais. (GGN, 2018).

Destacamos que muitos outros mobilizações e ações foram importantes para a re-articulação do movimento, todavia, o objetivo aqui não é listar todas, mas, descrever aqueles que mais contribuíram ou fomentaram a visibilidade, construção de solidariedade entre os membros dos “Guardiões das Águas”. Há uma pluralidade de entendimento que se encontra bastante difusa em torno das águas minerais, todavia, os “Guardiões das Águas” articularam os entendimentos em prol da preservação e proteção das águas minerais, negociando definições em comum para as situações (HABERMAS, 2012).

5.2 Interpretando as ações a partir do mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas”

A pergunta inicial desta seção é: Os “Guardiões das Águas” guardam quais águas minerais? Essa questão faz sentido quando observamos a pluralidade de entendimentos e representações das águas minerais presentes no Circuito das Águas de Minas Gerais. Pluralidade não somente no sentido das diferentes fontes e composições químicas, mas, das práticas sociais e dos entendimentos das águas minerais. Na Figura 6 organizamos a partir de pesquisa documental e da observação participante diferentes entendimentos sobre as águas minerais.

Entendimento	Externalizações
Saúde	“água é terapêutica”, “águas que curam”, “água mineral com propriedade medicinal”, “as águas minerais são tradição da crenoterapia”, “água mineral é saúde”, “água mineral é terapia”, “água é vida é saúde” e “preciosos auxiliares da terapêutica”.
Identidade e tradição local	“a água formou a cidade”, “nós fomos formados em torno das fontes”, “um elemento que nos une como povo” e “identidade [...] como se a água mineral tivesse correndo aqui nas nossas veias”.
Direito humano e bem comum	“água é direito humano”, “água não é mercadoria”, “não privatizem nossas águas minerais”, “salvem nossas águas”, “deve ser aberta à todos”, “a prioridade é de uso” e “bem comum”.
Recurso hídrico	“água minerais devem ser consideradas recurso hídricos” e “são recursos hídricos e não minério”.
Mercadoria	“negócio das águas minerais”, “riquezas sem fim para os que exploram a água”, “fonte de renda” e “mercado das águas envasadas”.
Minério	“águas são minério”, “bem mineral”, “pertencem à União” e “direito de exploração”.
Mercadoria e Commodity	“negócio das águas minerais”, “royalties da água mineral”, “parceria para exploração das águas” e “negócios das águas minerais”.
Produto turístico	“dependemos do turismo atraído pelas águas minerais”, “água como produto turístico” e “queremos o turista na fonte”.
Patrimônio natural e cultural	“encontramos aqui um patrimônio, histórico, social, ambiental”, “cultura das águas”, “patrimônio natural”, “patrimônio da cidade”, “bem cultural”, “nosso maior patrimônio”, “bem imaterial” e “precisamos valorizar esse patrimônio riquíssimo”.
Nobre e sagrada	“nobreza daquelas águas”, “verdadeiras dádivas divinas”, “riqueza única no mundo”, “ricas águas minerais”, “bem tão precioso e raro na natureza”, “únicas no planeta”, “nosso bem mais precioso”, “únicas no mundo e cabe a nós preservá-las”, “águas milagrosas” e “verdadeiras dádivas divinas”.

Figura 6: Diferentes entendimentos sobre as águas minerais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do contexto legal e empresarial, as águas são consideradas bem mineral, minério, negócio, mercadoria, enfim, meios para alcançar resultados econômico-financeiro. Essa noção aparece na CODEMIG (e continua na CODEMGE), na Agência Nacional de Mineração e na Associação Brasileira de Indústria de Águas Minerais (ABINAM). Diferentes destes entendimentos a partir do mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas” emergem entendimentos dessas águas como saúde, identidade e tradição local, direito humano e bem comum, patrimônio natural e cultural, e, ainda como algo nobre e sagrado. Os “Guardiões” buscam reconhecimento pelas suas identidades em torno das águas minerais que existem, para eles, não como minério, *commodity*, negócio ou bem econômico. Assim, eles possuem outros valores compartilhados. Segundo uma entrevistada da ONG Nova Cambuquira, e, uma das maiores mobilizadoras dos “Guardiões das Águas”:

Os valores compartilhados pelos guardiões das águas é a consciência, a consciência dessa história, dessa herança que a gente carrega [...] os nossos valores é manter acessa essa chama para que outras pessoas possam se identificar futuramente como guardiões das águas, se colocar como agentes ativos dessa localidade, que é no caso, Cambuquira, Caxambu, enfim, todas essas estâncias minerais. Então, os valores que a gente compartilha enquanto guardiões das águas é de defensores, enquanto defensores, pessoas que são herdeiras de uma determinada história, de uma determinada cultura e de um determinado tempo. (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA).

O reconhecimento que os “Guardiões das Águas” lutam por obter perpassa pela existência das águas minerais como bem comum, bem cultural, saúde, tradição, identidade, medicamento, alimento, direito humano e vida. Estes atores têm suas teorias e práticas definidas em torno das águas minerais, portanto, não se trata neste artigo de teorizar sobre suas práticas como se suas ações fossem desprovidas de teorias: na verdade, são providas e promovem valores, argumentos, emoções, sentimentos, interesses e visões de mundo.

O que a gente está fazendo mais ainda do que preservar a fonte, é preservar essa construção coletiva que é essa história, que é essa cultura, que é esse elemento identificador da água, em conjunto com as experiências dos povos das águas, toda essa herança que a gente recebeu aqui. (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA).

Vale ressaltar que para o movimento conforme uma entrevistada revela: “a água mineral é o elemento que nos identifica e que nos torna o que nós somos”. Isso para “àqueles povos das águas que não conseguem se diferenciar da água” (ENTREVISTADA, ONG NOVA CAMBUQUIRA), como ressalta a entrevistada, destacando a relação entre as águas minerais, a personalidade e cultura (HABERMAS, 2012) dos moradores locais.

5.3 Entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade

A partir dos elementos captados no mundo-da-vida dos atores observamos que a busca de um acordo no debate entre as partes parece estar prejudicada pela forma como a CODEMIG reage ao movimento por meio de imposições técnicas e jurídicas: a influência da CODEMIG ocorre não via acordo, mas, imposições. As ações da CODEMIG são medidas pelo código econômico-financeiro, revelando relações reguladas pela troca (mercantil) e pelo poder (ordem instrumental), portanto, busca em termos de habermasianos o êxito das suas ações pautada na rentabilidade do negócio das águas minerais. Dessa forma, os mecanismos sistêmicos institucionais acionados – dinheiro e poder (para fazer a concessão das águas) querem se abster dos valores locais. Isso leva a um dissenso entre a CODEMIG e os “Guardiões das Águas” dado que não há reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade levantadas pelo coletivo. As ações da CODEMIG são claramente instrumentais dado que seu êxito se vê regulado pelo poder burocrático. No caso deste ator a “rentabilidade constitui o critério no qual se calculam as chances de êxito da ação” (HABERMAS, 2015, p. 7).

Nos termos dos mundos de Habermas (2012), um dos focos dos conflitos em torno das águas minerais ocorre no mundo social, em que, de um lado, as ordens institucionais e regras permitem a exploração das águas, e, por outro, as tradições locais reconhecem a água como patrimônio público e fonte de identificação cultural. Observamos também que os “Guardiões das Águas” do Circuito das Águas de Minas Gerais expressam uma pré-compreensão diferente, no que se refere à água mineral, daquela pré-compreensão que possuem os integrantes do mundo político e administrativo (sistema). É a partir da pré-compreensão que os diferentes atores possuem que eles assumem suas posições. Para que o diálogo aconteça, é preciso que um lado esteja aberto à pré-compreensão do outro lado, ambos dispostos a fundar o acordo por meio do conhecimento.

Cabral (2015) identificou nos diversos estágios da constituição das organizações da sociedade civil, a presença de elementos que expressam a visão dos atores sociais sobre o mundo-da-vida. Esses, surgem explicitamente na interpretação da missão organizacional como fundamento da ação social daqueles atores. Por exemplo, a locução “eu participo de ...” remete-nos a concepções variadas da institucionalidade que a autora designou por representações, que contextualizam a percepção do ator e indicam modos de ação adequados que levam à absorção mútua, da organização e do indivíduo e que têm como fato gerador o elemento empírico vivenciado e valorizado pelo indivíduo (CABRAL, 2015).

Pelas entrevistas realizadas observamos que os “Guardiões das Águas” tem sua missão não formalizada ainda em documento, mas, compartilhada e reconhecida por diversos atores. A missão perpassa por proteger, conservar e compartilhar a perspectiva das águas minerais voltadas para as noções de identidade, tradição local, bem comum e direito humano. Assim, examinando detalhadamente esse processo encontramos evidências do imbricamento das interpretações do mundo-da-vida. Cabral (2015) mostra que no processo de constituição dessas organizações e movimentos ocorre o imbricamento de valores, mostrando que essas carregam as representações dos indivíduos. O que observamos estar presente na constituição dos “Guardiões das Águas”. A noção de imbricamento nos leva a discutir os entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade.

Segundo este estudo foi nos fluxos de relações entre os três componentes estruturais do mundo-da-vida, que são cooriginários: cultura (relacionada ao estoque de saber e aos valores), sociedade (constituída por ordens legítimas que regulam os grupos sociais) e personalidade (competências) – que se constitui o movimento buscando reproduzir e transformar certo estado de coisas, identidades, valores e normas relacionadas as águas minerais. Na Figura 7 apresentamos esse processo a partir dos “Guardiões das Águas” como elemento central.

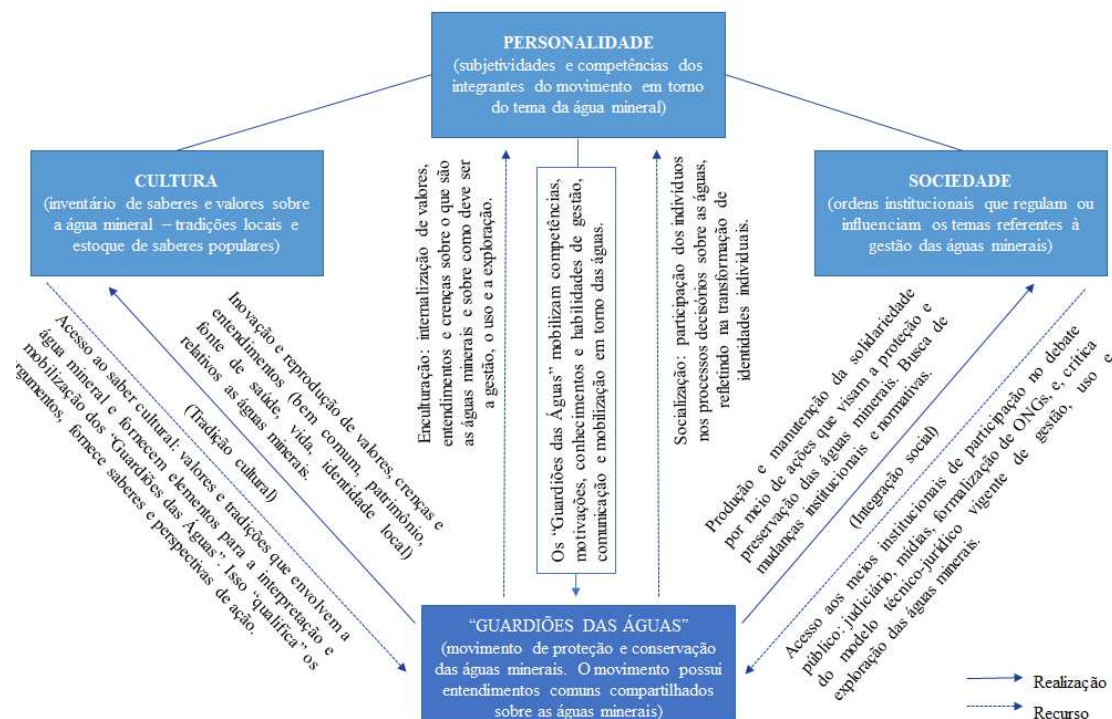


Figura 7: Entrelaçamentos entre cultura, sociedade e identidade na constituição dos “Guardiões das Águas”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O conceito de mundo-da-vida de Habermas (2012) inclui a ideia de que a comunicação e as interações se dão imersas em um pano-de-fundo, em um estoque de conhecimento.

Segmentos desse pano-de-fundo podem ser destacados e passar a primeiro plano, sendo problematizados e tematizados por meio dos discursos. Os debates que observamos representam essas partes que são problematizadas e tematizadas pelos atores envolvidos. Essa noção nos permite também discutir a construção de práticas de gestão social a partir do mundo-da-vida, sendo essas práticas formadas em “processos deliberativos de caráter público” (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017, p. 426). Isso se faz a partir do momento em que o coletivo dos “Guardiões das Águas” passa a construir “um conjunto de ações gerenciais dialógicas engendradas pela sociedade civil por meio de formas de conversações cotidianas que influenciam as decisões políticas” (ALCÂNTARA; PEREIRA; VIEIRA, 2018, p. 06). As sugestões de gestão feitas por atores do movimento destacam isso:

A presidente da Associação dos Amigos do Parque das Águas (Ampara) [...], reiterou o posicionamento da entidade no sentido de que a gestão do parque seja pública e compartilhada. [...] seja firmado um compromisso de gestão compartilhada entre a Codemig, a prefeitura e sociedade civil de Caxambu. [...] defendeu que se estabeleça um prazo para a busca de um modelo institucional, nos moldes de fundação pública, e que a participação social no processo de gestão se concretize através de um conselho gestor. [...] Por fim, ela defendeu o desenvolvimento de um plano gestor para o parque e que sejam estabelecidos critérios para que recursos advindos de atividades econômicas exercidas na área sejam revertidos prioritariamente para a sua preservação. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

Finalmente, podemos afirmar que por meio dos saberes sobre as águas construídos e reproduzidos pelos “Guardiões” é possível a alteração de comportamentos, a transformação social e cultural. Esse movimento/coletivo surgiu demarcando uma posição no debate sobre o tema água mineral, problematizando a forma como empresas privadas e o Estado gerem e exploram as águas minerais. Assim, buscam pelo debate e pela crítica a partir de um conhecimento construído em conjunto com as águas que contestam as pretensões de validade do entendimento delas como produto, minério, mercadoria e negócio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste artigo que as águas fazem parte do mundo da vida dos sujeitos e constituem motivos, temas e elementos de diversos conflitos socioambientais. Buscamos descrever a constituição do movimento de justiça hídrica “Guardiões das Águas” no sul de Minas Gerais, a partir da perspectiva do mundo-da-vida dos atores concernidos. Além de serem “os Guardiões das Águas”, estes atores se apresentam como “os povos das águas” mobilizando outros entendimentos como: “água é vida, é saúde, é um direito humano e bem público”, “água é vida e não mercadoria!”, “patrimônio”, “bem comum”, “identidade local”, “tradição” e “bem tão precioso e raro na natureza”.

A questão que se colocou como fio condutor deste artigo foi como este movimento foi construído em prol, principalmente, da preservação e proteção das águas minerais, fundamentando-se no conceito de mundo-da-vida para a interpretação das diversas concepções em disputa. Essa abordagem apresenta a garantia de reconhecer as diversas visões da água como bem público, como recurso escasso, inclusive como valor imaterial e outras diversas, e, a partir das interpretações dos mundos-da-vida destes atores, compreender como incorporam a pluralidade das águas minerais. De outra forma, buscamos destacar as evidências, das diversas manifestações empíricas sobre o mundo-da-vida e suas representações sobre o tema da água, entendendo que apesar das concepções difusas e imprecisas, até mesmo na legislação, os “Guardiões das Águas” agregaram concepções em comum, possibilitando a existência de diferentes graus de pertencimento com o movimento.

O estudo tem ainda como amplo contexto a realização em março de 2018 no Brasil do Fórum Mundial da Água marcado com a presença de atores governamentais e de empresas

privadas, dentre elas, multinacionais do mercado das águas envasadas, e, em contrapartida, foi realizado também o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) que englobou movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativistas que defendem que “água não é mercadoria”. Portanto, em outras esferas algumas das dinâmicas aqui registradas se fazem presença.

“Guardiões das Águas” é uma identidade coletiva que unifica a luta pela valorização, conservação e proteção das águas minerais como bem comum, direito humano, patrimônio, saúde e identidade local, e, se opõe aos processos de exploração comercial das águas minerais no Circuito das Águas. O movimento é formado, principalmente, por organizações da sociedade civil, mas, também por atores do poder público e empresários locais. Constituiu-se articulando saberes das águas em resistência, desde os anos 2000, aos processos licitatórios da CODEMIG, interpretados pelos “Guardiões” como privatização das águas e colonização das tradições e dos valores locais.

A partir das interpretações dos mundos-da-vida dos “Guardiões das Águas”, percebemos que natureza e cultura, saber médico e popular, fatos e valores, razões e emoções, moderno e tradicional, racionalidades e crenças são articulados de forma plural. Concluímos mostrando entrelaçamentos entre cultura-personalidade-sociedade nos entendimentos das águas como elementos que os une, socializa, identifica, transmite saberes e são a maior “riqueza” na construção simbólica dos “povos das águas” e de seus guardiões. Além disso, evidenciamos o processo dialógico que se estabeleceu nos mundos-da-vida dos sujeitos que lutam pelas águas minerais, no sentido de buscar um entendimento com outras instituições locais, regionais e internacionais sobre o tema.

O estudo traz contribuições ao campo da Gestão Social ao apresentar uma dinâmica participativa e diacrônica de pesquisa empírica focada em uma problemática pouco investigada pelo campo e que envolvem conflitos pela exploração e gestão das águas. Evidência também que em trabalhos futuros é necessário explorar as tensões entre mundo-da-vida e sistema (ALCÂNTARA; PEREIRA, 2017), dado que se trata de atores da sociedade civil e do poder público local em conflito com outro ator estatal (CODEMIG). E que no âmbito local existem pessoas da comunidade que se posicionam contra e outras a favor da exploração das águas minerais por empresas. Além disso, este estudo indica possíveis caminhos teórico e metodológicos para os estudos que buscam apreender os mundos-da-vida dos atores concernidos por um tema.

Como limitação e indicação para novos estudos, percebemos que Habermas (2012) propõe um conceito de mundo-da-vida racionalizado, ou seja, aquele que se livra das amarras das cosmovisões totalizantes. No caso em estudo, o mundo-da-vida dos atores não se vêem livres de certas cosmovisões, na verdade, os autores argumentam com e para além da ciência moderna (seja a ciência jurídica, química, biológica, entre outras) uma diversidade de valores e “poderes” das águas minerais. Assim, seguindo a pesquisa etnográfica de Dueñas (2014) podemos dizer que as águas minerais aparecem no mundo-da-vida dos “Guardiões das Águas” também como portadores de poderes curativos e de elementos míticos, sagrados, divinas e milagrosas, que, para além de ser apenas um recurso natural ou uma “coisa”. Isso evidencia que os atores locais fazem uma crítica da divisão moderna entre cultura e natureza, ou ainda, entre sociedade (cultural, simbólico, subjetivo) e coisas (não-humanos, material, objetivo). Essa divisão não tem respaldo na vida e associações dos “Guardiões das Águas” – questão que precisa ser melhor investigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R. O locus da gestão social no contexto das interrelações e tensões entre mundo-da-vida (lebenswelt) e sistema (system). **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, 2017.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; VIEIRA, K. C. Práticas de gestão social das águas minerais: um estudo no município de Cambuquira, Sul de Minas. In: V ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2018, Viçosa-MG, **Anais...** Viçosa: SBAP, 2018.

ANDRÉ, G. M. **Municípios mineiros questionam exploração público-privada de suas águas**. 2017. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/municipios-mineiros-questionam-exploracao-publico-privada-de-suas-aguas/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Gestão do Parque das Águas preocupa lideranças de Caxambu**. 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/09/28_desenvolvimento_economico_parque_aguas_caxambu.html>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

AVAAZ.ORG. **Codemig: vamos salvar as águas milagrosas de Cambuquira e Caxambu**. 2017. Disponível em: <<https://secure.avaaz.org>>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

CABRAL, E. H. S. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CORTE, T. D. **A (re) definição do direito à água no século XXI: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2015.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

DUEÑAS, W. A. M. Quando H₂O e o espírito da água se encontram: Tornando visível o encontro entre mundos em Puracé-Colômbia. **Interethnic@-Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, n. 18, n. 1, p. 57-70, 2014.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2009.

HABERMAS, J. Notas sobre o conceito de ação comunicativa. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, p. 01-25, 2015.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: ensaios filosóficos**. São Paulo: Almedina, 2004.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

O JORNAL DE TODOS OS BRASIS (GGN). **Água: o alerta que vem da África do Sul**. 2018. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/agua-o-alerta-que-vem-da-africa-do-sul-por-franklin-frederick>>. Acesso em 10 de fev.de 2018.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

POLI, J. R. **Habermas: agir comunicativo e ética do discurso**. Jundiaí: Editora In House, 2013.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.